



Um dia em tempo de guerra

Nos anais da história de Mutuáli, uma das localidades do distrito de Malema, Província de Nampula, jamais se tinham ouvido boatos tão tenebrosos como aqueles que corriam nos anos sessenta. Por essas alturas, mandava o administrador do posto. Administrador de categoria para os colonos, pois dizia-se nas conversas de má-língua no bar do senhor José Luís, que ele sabia mandar nos pretos. Terror para os negros machambeiros.

Nesse tempo, a Frente de Libertação de Moçambique, que a princípio, aos olhos dos colonialistas, parecia coisa de pouca valia e de pouca dura, ganhava novas dimensões e já não era raro ouvir-se a palavra «turra», entre os brancos, quando, pejorativamente, chamavam a uma preto. O Grácio, esse era o nome do administrador, viera de lapala, onde escorraçara muita gente. Mas antes da sua chegada a Mutuáli, já todos o conheciam com a fama de mau.

O Grácio era narigudo e sardento. Feioso mesmo. Estas características biológicas céram azo a que fosse chamado por muitos nomes. Uns chamavam-lhe de vampiro, outros de canibal. Houve quem dissesse que ele se assemelhava com um abutre. Quanto ao resto, tinha uma compleição ana-

tômica que fazia inveja a muitos dos seus amigalhaços da área.

Sem me afastar do real propósito desta história (não é nenhuma ficção) é necessário acrescentar que o administrador Grácio já uma vez dera um tiro a um negro, por este não lhe ter dado o habitual «boa-tarde senhor administrador». Todos aqueles que tiveram a pouca sorte de entrar nos seus calabouços, conheceram uma vida de pouca duração.

Pois bem. Dizia eu que nos anais da história de Mutuáli, jamais se tinham ouvido boatos tenebrosos de levantar cabelo. No bar do senhor José Luis, o vinho, a cerveja, cigarro atrás de cigarro e conversa fiada serviam de paliativo do medo que se gerara. Comentava-se por essas alturas, que os turras comiam capim. Era uma espécie de gente com cabelo e barba de muitos anos. Não conheciam água, de tal forma que cheiravam a léguas. Mas isso não era o que constituía terror. Dizia-se mesmo, que eram canibais.

Num daqueles anos, o Grácio mandou todos os régulos e chefes de povoações para juntarem toda a «gentalha» possível e imaginária. Pretendia alertar às pessoas do perigo que corriam se não se mudassem para ao pé da estrada, ou se não fizessem picadas por

onde passariam os soldados portugueses para que os defendesse.

Bom! Muita gente sabia que o Grácio era um indivíduo de muita lábia charlatão número um. Pode-se dizer, sem sombra de dúvidas, que as suas palavras eram venenosas. Sempre que abria a boca, dela só saíam doestos e palavras de pouca vergonha. Mas naquela manhã de Setembro de 1966, o Grácio não parecia aquela mamba que todos conheciam. Mudara de tática para se parecer como a tsé-tsé.

— O recenseamento deste ano não custa nada. — Começara a falar docemente, para a grande multidão que o cercava. — É só chamada. «Pronto», é responder.

Mas, sem sequência, mudara de assunto, sem, contudo, ter deixado de ser «amável»:

— Quero-vos alertar, que a bem poucos quilómetros daqui, aqui em Mandimba, os turras roubaram uma população inteira: O régulo, os chefes, os cabos, velhos, homens, mulheres, amirravo (rapazes), achimuali (donzelas), todos foram roubados por esses turras». Sabe Deus onde eles estão, o que é feito deles! — e continuou com o blá-blá, sempre com voz «doce». Era preciso amansar os pretos.

Do Grácio podia dizer-se muita

coisa. Desde que não fosse coisa boa. Houve quem afiançasse que ele sonhava quando estava para acontecer qualquer coisa. Embora ninguém tivesse chegado ao seu quarto de dormir, muitos afirmavam que possuía uma cauda de leão por debaixo da cama. Cauda mágica, que lhe dava poderes de descobrir os mafiosos e aqueles que lhe queriam fazer mal.

Naquela noite o Grácio «sonhara», talvez, com o Moçambique independente. De manhã, muito cedo, saía disparado no seu Land-Rover. Quem o não vira devia ser cego. Parecia endemoinhado. Aparecia por todos os lados a recrutar gente. Régulos, cabos, chefes de povoações e toda a gente, para que fossem fazer uma batida na serra Cucuteia. Mobilizara um

pelotão de solçados estacionado próximo da fábrica de algodão (Sociedade Algodoeira do Niassa — SAN), empresa pertencente a João Ferreira dos Santos.

Comentava-se que o administrador vira um grupo de terroristas no alto da serra. As pessoas contra a vontade, muniram-se de varapaus, catanas, machados, zagaias, arcos e flechas. Os soldados, esses, levavam armas de fogo, como é natural: bazucas, granadas, metralhadoras FBP (pistolas metralhadoras), morteiros, enfim, estavam armados até aos dentes.

O Grácio vampiro, não queria ninguém naquela algazarra da manhã sem nenhum objecto na mão. Foi assim que a população e os soldados começaram a dura escalada à serra Cucuteia. Buscaram,


rebuscaram e tornaram a rebuscar todos os buracos, recantos e cavernas possíveis e imaginárias, sem contudo obterem um resultado (prender ou matar um turra). O Grácio estava vermelho de tanto se coçar por causa do feijão-macaco.

A rebuscada que redundou em fracasso deu que o administrador passasse por um nato mentiroso no meio da população satisfeita pelo falhanço. Os seus comparsas, durante a batida, encontravam-se reunidos num edifício da M.C.T. (Missão de Combate à Tripanossoma — doença inoculada nos animais ou no homem pela mosca tsé-tsé), a planearem um regresso para Portugal, segundo os comentários populares.

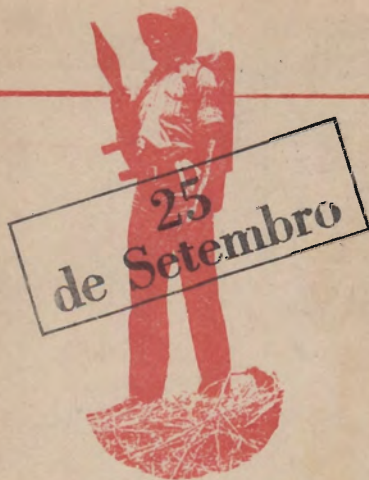
Em 1980 corriam rumores de que o Grácio, na véspera da Independência, rebentara uma mina na sua fuga desenfreada (mina armadilhada pela Frente de Libertação de Moçambique — antes dos Acordos de Lusaka), tendo deixado em terras da Zambézia as duas pernas que delas tanto se orgulhava quando dava terríveis pontapés nos pretos que não queriam pagar o imposto. Um dos amigos que conheci e que foi um companheiro nos bancos da escola, disse-me uma vez, que ele provara um coice de cavalo da perna direita do Grácio.

— O Grácio apanhou uma boa lição — comentava um velho, num destes dias em que fui passar lá as minhas férias. — Se é verdade que o gajo rebentou uma mina, de certeza que não voltará para vir buscar as pernas que cá deixou.

A. Maitocherra



Num daqueles anos, o Grácio mandou todos os régulos e chefes de povoação para juntarem toda a «gentalha».



Porque ERA assim

Factos (I, II, III)

A resistência à ocupação colonial assumiu formas que nem sempre foram factualmente ofensivas. Mas teve, quantas vezes, a caracterizá-la profundamente, a firme atitude de silêncio contra a baixeza da denúncia, o sofrimento que preferiu a morte à traição.

Muitos testemunhos simples ficaram por escrever e se perderam. Outros foram lembrados através da memória de sobreviventes que passam despercebidos. Outros ainda constituem episódios que vieram até ao presente e encaixados se contam, fazem parte do nosso passado de humilhação na história de uma certa qualidade de heroísmo genuíno que enraivecia o inimigo quando a vitória na luta armada de libertação já não lhe oferecia dúvidas.

.....
O destacamento de companhias operacionais para locais estratégicos, ao longo de toda a linha no ponto mais estreito entre os territórios do Malawi e da Rodésia do Sul, deverá ser posto imediatamente em prática, para a eliminação de pequenos focos de terrorismo que começam a manifestar-se ao Sul do distrito de Tete e a Norte do de Manica e Sofala.

Deverão ainda ser criadas todas as condições e dadas todas as facilidades à instalação das referidas companhias pelos respectivos comandos operacionais, conjugando-se esforços para a defesa do solo pátrio e respeito aos destemidos e gloriosos antepassados que nestas terras africanas tanto fizeram em prol da civilização lusa.

«A BEM DA NAÇÃO»

As «Tartarugas I e II» tinham falhado já, havia muitos anos. As «Galos» todas, as «Pe-

nas», a «Lince» e a «Nó-Górdio» falharam também. Falharam dezenas, centenas, milhares. Muitos milhares em Olivença, no Planalto dos Macondes, em Furancungo, de Este a Oeste, de Norte para Sul.

Os guerrilheiros eram como a água da chuva, que vem pura de todos os lados e a todos molha. Eles faziam novos trilhos na terra e tinham consigo as mulheres, os velhos, as crianças e os jovens.

Três cantinas, as casas dos funcionários da administração, a administração, uma enfermaria e uma escola, a casa do senhor administrador e a prisão. Um depósito muito alto para a água que não havia; um armazém do Instituto dos Cereais cheio de sacos de milho a apodrecerem; um tractor e dois camiões que muito andavam e nada faziam; um gerador para que houvesse luz; uma pista terraplenada onde os «Hércules» da Força Aérea sul-africana aterravam para deixar comandos, pára-quedistas e



outras «máquinas» de morte; e, ainda, um quartel de Grupos Especiais de Pára-quedistas.

No meio de tudo, com pretensões, um jardim mal arborizado, com cactos, pedras, bancos e um mastro que em tempos serviu para as cerimónias de bandeira entre administrativos e «indígenas» das populações. Depois passou a existir um outro, mesmo defronte da administração, para que as camarilhas pudessem estar resguardadas do sol e da chuva, por baixo da varanda do edifício.

Em redor, onde a luz do motor não chegava e era a fogueira que iluminava, era fogão e aquecia; onde a palhota dava para a mãe, três filhos e a velha que não sabia da família, onde a farinha era cozida também para a «gente estranha» que aproveitava para saber novidades; onde o chão era cama, e escola e hospital não havia; lá, em redor, viviam OUTRAS pessoas.

... Que vinham às cantinas vender o milho das colheitas. Vinham muitas e vendiam a três escudos o quilo. Vinte quilos, sessenta escudos. Setenta quilos, duzentos e dez escudos.

Ficava lá tudo!

Para a palhota iam três ou quatro metros de pano ordinário, sempre o mesmo estampado, cinco quilos de açúcar para a bebida, dois ou três quilos de sal, um lenço para a cabeça, sabão e bugigangas para arredondar as contas.

Na Beira ou em Vila Pery o homem da cantina vendia o produto das suas compras «lá no mato». Setecentos quilos, quase uma tonelada ou mais. Os lucros subiam aos cem por cento. Setecentos quilos comprados por dois mil e cem escudos aos «cafres» valiam, nos armazéns das cidades, quatro mil ou quatro mil e quinhentos escudos.

E o negócio era diário. Quando não era milho era mapira. E se não era mapira era o amendoim.

Depois, da cidade para a loja o homem



trazia peças de capulana da mais ordinária e sempre o mesmo estampado.

Eram pessoas exploradas e nem todas sabiam isso.

... Que vinham à administração, logo de manhã, chamadas pelo administrador.

— Ontem houve barulho lá em tua casa. O chefe (1) mandou dizer que havia muita gente estranha a falar em tua casa. Ele percebeu, chamar?

O sipaio, intérprete também, perguntou-lhe. Tinha percebido e o interrogatório seguiu.

— Quem era?

— Não estava lá ninguém.

— Mas estavas tu e os outros.

— Não. Só estava eu.

— E quem eram os outros?

— Não tinha outros...

— Porra! Está bem. Chamar... põe este homem lá em baixo. Preciso de falar com o Pinto.

O sipaio acompanhou o homem à prisão.

Quatro paredes altas sem tecto, uma porta bem aferrolhada, uma janela gradeada e, lá dentro, uma pilha de sacos de sal para a administração vender à população.

Vieram o Pinto, o «Cenoura» e outro PIDE do grupo de cinco que estava ali em «comissão de serviço». Conversaram com o administrador e depois, cá fora na varanda, ri-

ram-se todos de qualquer coisa que diziam entre si e que não tinha nada a ver com o assunto.

À noite o preso foi tirado da prisão e levado não se sabe para onde. Espancaram-no. Ficou ferido e inchado, quase inconsciente. No dia seguinte lá estava ele novamente junto do sal, sem tratamento, à chuva e ao sol.

Eram pessoas chamadas à administração para morrerem devagar, com o sal, mas não sabiam o que as esperava ali.

... Que vinham em camiões, aos montes, para junto da tropa e da administração, com muito pouco. Traziam o que cabia no camião, com pessoas e tudo. A panela, o cobertor, um pilão ou dois para todos — cinquenta ou sessenta — a capulana mais nova, uns paus e algumas galinhas que no último momento se deixavam apanhar. Eram largadas ao lado do quartel, debaixo das árvores, sem machamba, sem comida, sem casa, sem nada. Dois, três, dez, quinze dias. Choravam as crianças com fome, frio e doentes e pacientes algumas mães e os velhos. Não lhes diziam nada e não as deixavam sair de debaixo das árvores.

Um dia apareciam «buldozers» e desmatavam pequenas áreas, ao lado do cantineiro. Os administrativos dividiam o terreno por talhões, faziam espécies de arruamentos e as pessoas iam para ali começar outra vida.

Continuava a não haver nada, para além das ordens. Em chorrilho!

«Aqui estão protegidos dos terroristas. Têm a tropa e a administração para vos guardar e tratar dos vossos problemas. Podem fazer machamba aqui perto. Também podem ir apanhar paus para fazer casas. Mas perto, porque longe há terroristas e tropa também. Depois matam-vos. Quando uma pessoa quer ir a outro sítio, vai à administração pedir guia de marcha e só pode ir com tropa, se ela der boleia. Água a gente também não tem. Ali em cima está a enfermaria da tropa que pode tratar os vossos filhos se o senhor furriel estiver lá...

Traduz lá isso tudo, oh sipaio!»

Mais um campo de concentração onde as pessoas nada percebiam.

Os guerrilheiros continuavam a ser como a água da chuva, que cai pura de todos os lados e a todos molha. Eles faziam novos trilhos na terra e tinham consigo cada vez mais mulheres, velhos, crianças e jovens.

FACTO I

Numa manhã de um dia qualquer dos últimos meses de 1972, quando «gente importante» do colonialismo português e do fascismo espanhol tinha sido alvejada na Gorongosa, depois de um safari, e uns «turistas» corridos da vila

a tiros de «Kalash» e «Simonov», um preto velho de carapinha branca foi posto em cima de uma «Berliet», com pulsos e tornozelos amarrados com arame, no meio de tambores de duzentos litros de diesel e outros vazios para trazer água do rio Luia.

Na viagem, o carro dava muitos saltos. O corpo do velho, deitado sobre o lado esquerdo, ia e vinha, saltava, batia aqui e ali. As onze e meia da manhã solarenta e tórrida estavam feitos os oitenta quilómetros do percurso.

Mas a viagem ainda só estava a meio. Na vila onde o velho de carapinha branca devia ficar não havia conhecimento de nada. Aliás, ninguém queria responsabilidades. Ou melhor... não era exactamente para ali que o deviam ter levado!

— Não há azar, pá! Aproveita-se para uma almoçarada e levamos água.

— E sempre se vai conhecendo o mato, ah, ah...

— Sim, mas é preciso eliminar o gajo.

— Está amarrado? Então não há problemas.

O velho ficou amarrado na «Berliet» todo o tempo, enquanto os soldados, administrativos e PIDES almoçavam. Galinhas do aldeamento a cinco escudos, água fresca e cerveja. Sobre tudo muita cerveja.

— Como vai aquilo por lá?





— Porreiro. Muito calor e pouca água...

— Não, turras...

— Ah! Quase nada, pá.

— A malta aqui tem apanhado porrada.

Rebentou aí uma mina...

— Já soubemos disso. Mas os gajos ainda não chegaram lá. Andam por perto e já apanhámos alguns. Um deles é o que está no carro. Dever ser chefe.

— Já disse alguma coisa?

— Nada. O cabrão é casmurro e já não deve piar mais na vida. Agora à ida lerpa!

Não deixaram que alguém desse água ao preto velho de carapinha branca. Havia sempre um bufo de olhos postos nele. Ameaçou mesmo apresentar queixa ao capitão «se tornam a insistir em dar água ao turra». Mas insistiu-se e a besta ameaçou com a arma. Era arriscado experimentar a ferocidade da fera!

Regressaram e o velho chegou já farrapo. Os tornozelos e os pulsos inchados e cortados. Os lábios secos e gretados. A respiração difícil.

— Bom, este já está. Andou para aqui a dar-nos tanto trabalho, a passear e não disse nada. O senhor capitão deixe estar que nós vamos tratar do resto. E muito obrigado.

— Oiçam lá. É preciso desamarrar o homem e dar-lhe água...

— Você retire-se imediatamente!

O capitão não tinha gostado da interven-

ção do soldado. E o PIDE também não, com certeza.

No dia seguinte dizia-se que o preto velho de carapinha branca já tinha seguido «o seu destino».

Não! Não foi a pé e durante os dias seguintes não saiu nenhuma viatura da vila. Ninguém mais o viu nem tão pouco se pôde falar mais no assunto!

FACTO II

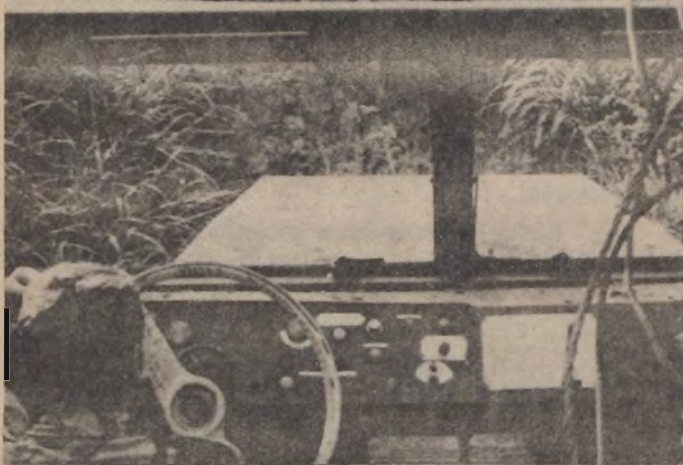
Numa tarde qualquer de um dos primeiros meses de 1973, um jeep da PIDE/DGS parte da vila. Do quartel dos Grupos Especiais de Pára-quedistas uma «Berliet» segue-o, pejado de soldados de boina vermelha. Ninguém — quase ninguém — sabe para onde vão.

Por volta das dezasseis horas, o posto da rádio militar da vila é chamado em exploração por um destacamento a trinta quilómetros. Uma voz precipitada e gritos era o que se ouvia do outro lado. A seguir silêncio e o barulho voltou, desta vez mais perceptível.

— Alô... Alô delta charlie... Alô delta charlie.

— Sim... Alô...

— Delta charlie, tenho uma mensagem urgente para esse. Preciso que chames o capitão ao rádio. Quero falar com ele urgentemente.



— OK, aguarda um pouco...

— Não, pá não posso aguardar pouco nenhum... Há por aqui muito barulho... Chama já o capitão.

— Aguarda pá!

— Se encontrares o capitão diz-lhe o seguinte: As quinze horas chegaram aqui o Pinto e o grupo, mais o alferes e alguns soldados GEPS. Cercaram as palhotas e sacaram seis homens dos mais novos. Foi o alferes que os escolheu um a um. Levaram-nos para junto do embondeiro e estão para ali a ensacar-lhes porrada até dizer já chega. Perguntam quem é da Frelimo, onde estão os chefes e as bases e estão para matá-los à porrada. Além dos GEPS, também o «Cenoura» e o Chico Langa estão para lá a dar-lhes porrada. Neste momento a minha situação é ridícula, porque quem manda aqui sou eu e o alferes GEP mandou-me estar quietinho e calado. Acho que não estou a fazer nada aqui e sendo assim vou dar o fora. Com os soldados, claro! Mas eu preciso é de falar directamente com o capitão da companhia. Vai chamá-lo, por favor, ok?

Ok. Eu vou ver se o encontro. Aguarda um pouco.

Não se sabia onde estava o capitão. Talvez em casa do senhor administrador a conversar, ou a passear de jeep pelo aldeamento ou pela pista dos aviões. Também podia estar deitado, a ler ou mesmo a dormir. Podia ainda ter ido até à secretaria dar despachos, conversar com os sargentos ou estar do outro lado do leito seco do rio a ver a paisagem ou à espera do pôr-do-sol.

O capitão podia estar em muitos sítios!

O operador não o encontrou depois de uma segunda tentativa. No regresso, o destacamento já estava outra vez no ar.

— Alô delta charlie... Diz se me ouves... Alô delta charlie...

— Aqui delta charlie... Estou à escuta e ainda não encontrei...

— Isto agrava-se... Os seis homens foram amarrados de pés e mãos, alguns já inconscientes da porrada que levaram. Irreconhecíveis, pá! Estás a ouvir estes gritos? (de fora da palhota onde estava o rádio vinham gritos de mulheres e crianças). Uma mulher também já levou dum soldado GEP, porque lhe quis sacar a arma pa-

ra matar toda a gente. Situação incontrolável. Vai chamar o capitão, por favor...

Nova tentativa, agora à casa do administrador. Nada. O capitão tinha-se sumido. Ou então estava lá muito longe, no fundo da pista dos aviões.

O operador desistiu e voltou ao rádio.

— Alô foxtrot charlie... Foxtrot charlie, é delta charlie quem chama...

— Sim, estou à escuta. O capitão já está aí?

— Ainda não. Sumiu-se, como sempre!

— Bom, já pouco há para fazer neste momento. Só um relatório, mas... nem isso pá... Com a ajuda dos GEPS, os PIDES carregaram os homens da população para o meio do capim, já mais mortos que vivos, regaram-lhes com gasolina e deitaram-lhes fogo. Estou cheio de cagaço e vou mesmo dar o fora. Caguei nesta merda toda, pá! Anda tudo a correr e a gritar dum lado para o outro. Os putos, pá... Isto é loucura...

Ninguém conseguiu encontrar o capitão até à hora do jantar, e os torcionários voltaram à





vila. À noite o habitual encontro para o café pós-refeição. Os PIDES, o alferes e o capitão!

Dos seis homens dizia-se, depois, que tinham desaparecido, uns fugido para o lado dos turras e outros comidos por leões.

FACTO III

A meio de uma noite de meados de 1973 ouviram-se gritos de homens, gritos de raiva, palavrões, insultos e pancadas secas, violentas, em qualquer sítio menos sólido. Alguns levantaram-se e viram, à porta de um quarto que em tempos foi e posteriormente viria a ser novamente enfermaria, três ou quatro pessoas. Era dali que vinham os ruídos, as vozes.

- Que se passa? Mais porrada, não?
- Já! Outro turra, que caçaram ontem.
- São os GEPS, pá.
- Vamos lá ver...

Pelas traseiras, através de uma janela de vidros fechados, via-se um homem muito velho, desdentado, deitado de costas nuas no meio do quarto. Uma lâmpada no tecto iluminava-lhe a cara inchada e ensanguentada. À volta, de pé e de paus e correias de borracha nas mãos, um segundo-sargento GEP, o Chico Langa e o «Cenoura» batiam-lhe por todo o lado. Na barriga, na cara, nas canelas e nos testículos. Voltaram-no e com a mesma força lançavam-se, quais chacais famintos, sobre as nádegas,

as solas dos pés, as costas e a nuca do velho. Bateram até se cansarem. Gritaram até se fartarem.

Depois, arrastaram aquele corpo moribundo para a areia do pátio do quartel e o segundo-sargento foi buscar um «Unimog» (2). Acelerou feroz em direcção ao corpo e sobre ele travou bruscamente. Uma, duas, três vezes. O corpo já era uma massa uniforme de sangue, carne, ossos, pano de calças e areia.

Ainda o raivoso condutor destacou «voluntários» para a escolta e a massa que antes tinha sido o corpo do velho desdentado foi atirada para cima da viatura.

O velho, muito velho, que morrera espancado no quartel, desapareceu depois, lançado do cimo da ponte às águas do rio Luenha.

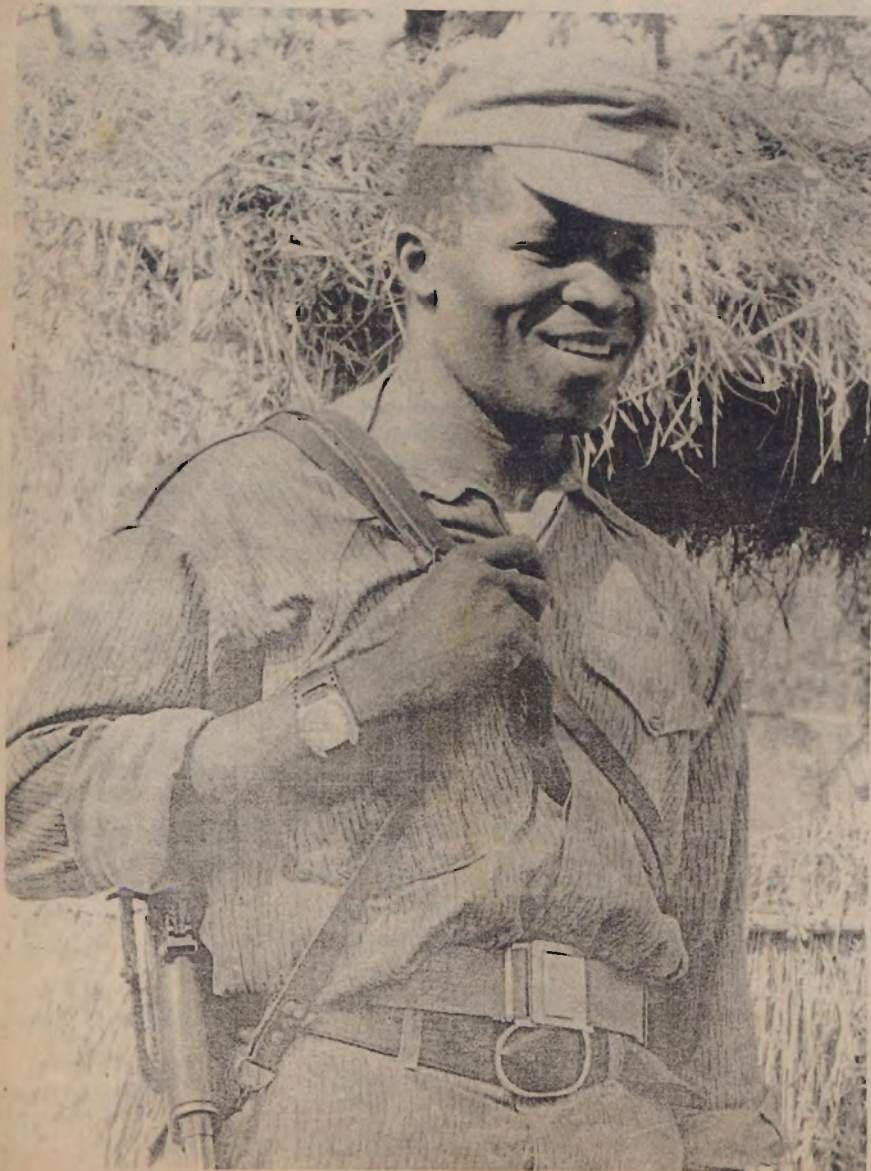
E os guerrilheiros continuaram a ser como a chuva, que cai pura de todos os lados e a todos molha. Eles abriram NOVOS CAMINHOS na terra e têm consigo, já, milhões de mulheres, velhos, crianças e jovens.

(1) Chefe — régulo

(2) «Unimog» — viatura usada pelo exército colonial

Frente de Tete

Estratégia e derrota do inimigo



● **Entrevista**
com o Major-General
José Moiane

O Major-General, José Moiane, um dos Comandantes Provinciais do Niassa e de Tete, durante a Luta Armada de Libertação Nacional concedeu, recentemente, uma entrevista à «VOZ DA FRELIMO», em que recorda as condições em que se desenvolveu a Luta Armada nesta última Província e foca o envolvimento dos exércitos rodesiano e sul-africano ao lado do exército colonial português. Ao analisar as ligações entre os regimes de Pretória e de Salisbúria com o governo colonial-fascista português, bem como os seus **objectivos e interesses**, o Major-General, José Moiane começou por destacar três questões principais: questões económicas, políticas e militares. Publicamos, a seguir, as respostas às principais questões colocadas ao Major-General, José Moiane:

Fotos: Daniel Maquinasse

P — Qual foi o processo de enquadramento das tropas racistas rodesianas e sul-africanas na guerra ao lado do exército colonial português? Em que períodos principais actuaram?

J.M. — Em 1965, alguns meses depois da Luta Armada de Libertação Nacional, começámos a verificar a participação das forças sul-africanas nas províncias de CABO DELGADO e NIASSA. Estas forças foram duramente combatidas e vergonhosamente derrotadas.

De 1965 até meados de 1966, a situação estava completamente resolvida. Já tínhamos adquirido a experiência da nossa capacidade combativa contra os portugueses.

Obrigámos os sul-africanos a abandonar imediatamente o nosso País em particular as zonas operacionais, ficando somente as forças portuguesas. É certo que estas tinham como seus conselheiros oficiais; os sul-africanos, americanos, franceses e da RFA.

Foi neste período, que pela primeira vez na nossa história em algumas zonas das províncias de NIASSA e de CABO DELGADO, surgiram as primeiras zonas semilibertadas. Nestas zonas não havia ninguém que era apanhado para o chibalo, pagamento de impostos, palmatória e várias outras humilhações a que as nossas populações eram submetidas pelos colonialistas.

As tropas coloniais, utilizaram todos os seus esforços, na tentativa de destruírem as nossas conquistas, mas não foi possível. Internacionalmente já éramos conhecidos como pequenos VIETCONGUES.

P — Quais os reflexos do envolvimento das tropas rodesianas e sul-africanas na guerra em Moçambique?

J.M. — Demonstraram que cons-

tituíam uma aliança criminosa e que eram representantes do imperialismo e capitalismo.

Os crimes e barbaridades praticadas pelas tropas dos três regimes, fizeram com que a população se revoltasse cada vez mais.

Não era preciso explicar por muitas palavras às populações. Elas viam a necessidade de combaterem o inimigo. Viam a necessidade de lutarem pela sua sobrevivência.

Tínhamos matéria-prima para mobilização das populações; eram factos concretos. Por exemplo, pessoas queimadas vivas, mulheres grávidas a quem abriam as barrigas, pessoas enterradas vivas, degolamento de crianças, corte de membros e sexos.

Estes acontecimentos eram bastante pesados e assustadores, mas era necessário utilizarmos estes exemplos para mobilizarmos as massas de modo a poderem ter um grande ódio ao inimigo.

Portanto quando falássemos de inimigo ou das tropas portuguesas, sul-africanas e rodesianas, imediatamente as populações já sabiam que era necessário combatê-las sob várias formas.

Ao nível estratégico, a actuação destas forças, foi muito importante, porque acelerou o isolamento destes regimes no campo interno dos seus países e internacionalmente.

Criou contradições políticas no seio desses regimes e também criou contradições no seio das suas forças.

Acelerou a nossa luta, e rapidamente fomos reconhecidos, internacionalmente. Acelerou também o apoio internacional para com o Povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO.

Tivemos grandes e frutuosa sucessos na mobilização das populações.

A nossa tática de mobilização estava de tal forma avançada, que até chegámos ao ponto de mobilizar a própria Igreja Católica.

Ao nível tático aumentámos a nossa capacidade combativa, e na organização das zonas libertadas. Melhorámos a nossa tática de emboscadas, ataques de surpresa, minagens às estradas e a preparação combativa do nosso soldado.

Adquirimos cada vez mais o respeito profundo pelos princípios da guerra de guerrilha e a unidade entre o guerrilheiro e a população. «ÁGUA: O POVO» «PEIXE: O GUERRILHEIRO».

Melhorámos também o nosso armamento, introduzindo a artilharia ligeira para a guerrilha.

Consolidámos também as nossas zonas semilibertadas.

Ao nível da estratégia os portugueses tentaram isolar a Frente de Libertação de Moçambique das massas:

- criando calúnias entre os guerrilheiros e a população;
- recrutando os ambiciosos para o seu seio;
- introduzindo e reactivando o tribalismo, o racismo e o regionalismo no seio das populações;
- moçambicanizando a guerra, isto é, fazendo com que moçambicanos lutassem contra moçambicanos. Quer dizer, fizeram uma mudança da cor do cadáver;
- construíram a barragem de Cahora Bassa, passando a ser o símbolo do conflito para internacionalizar a guerra;

— intensificaram os massacres, para meter medo às populações;

— organizaram cada vez mais os assassinatos, etc.

Tacticamente os portugueses adquiriram um conceito bastante errado:

— matar tudo quanto podia ser morto;

— queimar tudo quanto podia ser queimado;

— destruir tudo quanto podia ser destruído.

Isto quer dizer, em poucas palavras, que os portugueses já se sentiam derrotados.

P — Como operavam as tropas racistas e quais os principais objectivos estratégicos e tácticos que definiam nas operações militares?

J.M. — Os objectivos estratégicos das tropas racistas eram impedir o avanço da luta do Povo moçambicano, sob o princípio de que com o desenvolvimento da nossa luta a África do Sul também iniciaria a luta.

Pretendiam consolidar os regimes mais racistas e reaccionários no Sul do continente, para salvaguardarem os seus interesses capitalistas.

Tacticamente eles tinham os seguintes objectivos:

— matar tudo quanto tinha vida.

— demonstrar a sua valentia e a sua superioridade racial;

— matar e desbaratar tudo que era do guerrilheiro;

— impedir novas actividades dos guerrilheiros;

— impedir a participação popular na guerra da guerrilha;

— impedir todas as entradas e os avanços.

P — Como conseguiram vencer o seu poderio bélico?

J.M. — Nós conseguimos vencer a superioridade bélica do inimigo porque procurávamos sempre operar nas linhas exteriores do inimigo quando

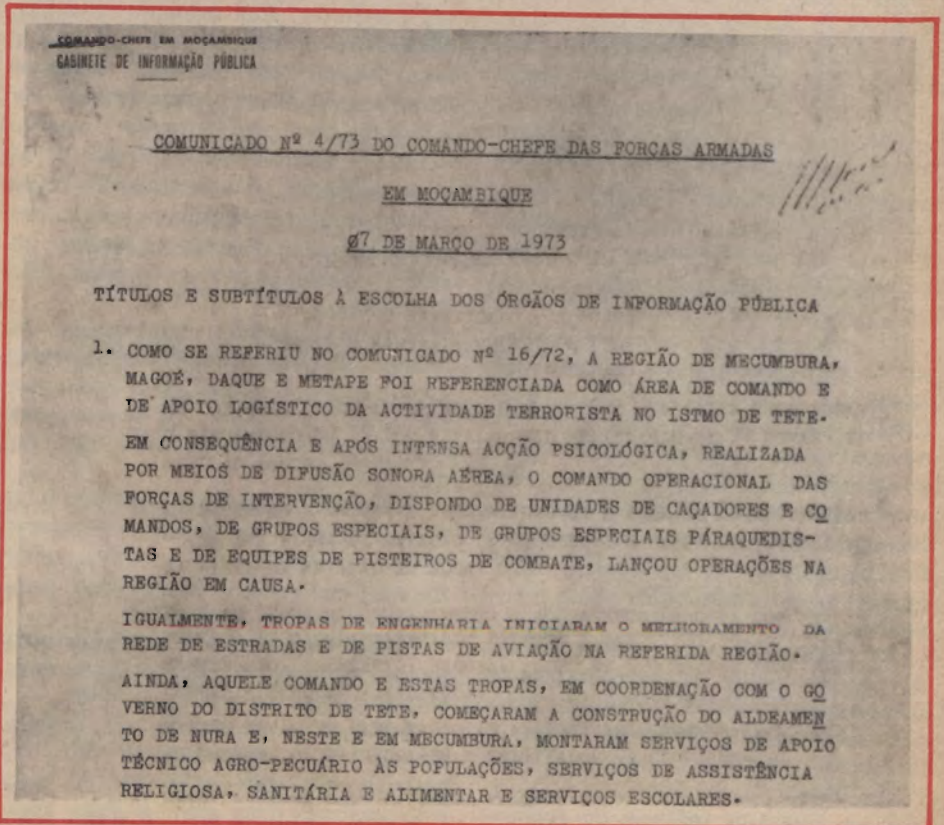
fosse necessário e no interior das linhas quando fôssemos forçados a tal.

Os nossos combates eram rápidos, de pouca duração, e exigiam flexibilidade, mobilidade, dinamismo. Fazíamos com que o inimigo cometesse erros tácticos e obrigávamo-los a calcular mal as suas operações.

Conhecíamos e dominávamos muito bem o terreno. — Tínhamos o espírito de sacrifício e tenacidade.

Levávamos a cabo uma guerra justa contra uma guerra injusta.

Tínhamos o apoio do povo que o



Reprodução de parte de um comunicado do exército colonial, referente à situação de Tete



Algures nas Zonas Libertadas de Tete, José Moiane e Sebastião Marcos Mabote analisam a situação militar na Província

inimigo oprimia. Fizéramos uma correcta definição do nosso inimigo de guerra. Tínhamos orgulho Nacional.

Uma das suas falhas, foi não dizerem a verdade. Diziam que éramos chineses, russos e não moçambicanos, ora que vínhamos da Zâmbia ou da Tanzania.

Tinham desprezo pela nossa luta e pelo próprio guerrilheiro. Ora diziam que éramos bandidos, ora que nos haviam de nós matar a todos.

P — Como relaciona o envolvimento da ex-Rodésia do Sul e da África do Sul na guerra colonial em Moçambique, com as agressões que estes regimes realizam contra o nosso país, após a proclamação da República Popular de Moçambique?

J.M. — Considero-as como uma continuação das actividades ou do envolvimento do passado. Agridem-nos porque são inimigos da liberdade e da nossa Independência. São inimigos do socialismo. Têm medo do po-

der do Povo. Não queriam que apoiássemos os povos oprimidos em especial o Povo zimbabweano naquele momento e o Povo sul-africano. Naquele momento a nossa luta ameaçava os seus interesses económicos. Por natureza a exploração do homem pelo homem, o imperialismo, o colonialismo, o apartheid (racismo), são já um crime. Estes são elementos desumanos, comandantes-em-chefes dos crimes contra os povos, inimigos da Paz.

P — A reabertura da frente operacional de Tete e a travessia do Rio Zambeze, não só foram acções de grande importância estratégica para o triunfo da guerra popular, como encerram em si actos de grande heroísmo. Portugal, em aliança estreita com o ocidente imperialista, tentou travar este processo, utilizando vários meios e formas, entre os quais Cabora Bassa e as tropas rodésianas. Como foi possível à FPLM reabrir a frente de Tete, atravessar o Zambeze, estender

a luta até ao Save, apesar da barragem de Cabora Bassa e da máquina de guerra colonial?

J.M. — A estratégia do Partido quando iniciámos a luta, foi fazer a luta avançar em todo o País. É certo que fracassámos na província de Tete, nos primeiros dias do início da nossa luta guerrilheira, porque as condições não estavam totalmente maduras. Por exemplo, o Malawi nunca nos apoiou. Não conseguimos a utilização deste País. A Zâmbia nessa altura não estava independente.

Por isso fomos obrigados a recuar, para retomarmos novas iniciativas. Esta situação foi exactamente em 1965.

Em 8 de Março de 1968, reabrimos de novo aquela frente. As orientações do Partido eram de estender a luta em toda a província, para permitir o avanço rumo ao Sul do País.

Ora para realizarmos esta gloriosa tarefa tínhamos que criar todas as

condições necessárias que foram as seguintes:

- De 1968 e 1969 avançar operacionalmente em várias direcções na província;
- Criar as zonas semilibertadas para garantir os avanços.
- **Com b a t e r** solidamente para obrigar o inimigo a **confinar-se**.

Conseguimos estender a luta de 1969 a 1970 em três direcções;

- Direcção Oriental — Furancungo, Angónia, etc.
- Direcção Central — Zonas de Cabora Bassa
- Direcção Ocidental — Zonas do Fingoé e Zimbué, etc.

Desta forma confundimos por completo as forças coloniais. Estes avanços todos, foram completados em 1970.

Enquanto estávamos avançando pelas direcções atrás referidas, estávamos a fazer o reconhecimento e exploração de vias, para além do rio Zambeze, assim como, a meter material na margem Sul do rio.

Ao mesmo tempo avançámos em direcção à cidade do Tete.

Assim, garantimos que toda a província estivesse mergulhada em guerra.

A travessia garantiu o começo das nossas actividades naquela zona. O primeiro grupo operacional, atravessou pela primeira vez o rio Zambeze, em Dezembro de 1970 entre os dias 10 a 15. Foram bem recebidos pe-



José Moiane, quando comandante provincial de Tete

las populações que já estavam cansadas dos massacres do inimigo.

O primeiro combate surge em Janeiro de 1971. Assim, consolidámos o fogo na zona. Houve o massacre de Mucumbura em Abril e Maio de 1971.

De novo aparecem os rodesianos a operarem ao lado dos portugueses. Foi nessa altura, que começámos a meter o material de guerra no Zimbabwe, Manica e Sofala.

Abrimos a nova frente operacional em Setembro de 1971 que era a frente operacional de Mutarara. Dividimos deste modo a província em quatro sectores.

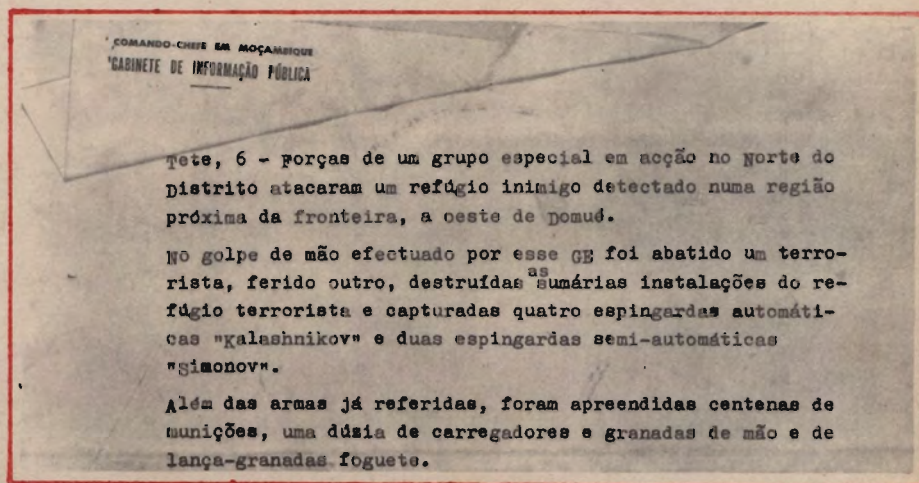
Com os nossos avanços e a consolidação do nosso combate, no Sul do rio Zambeze, o inimigo compreendeu que iam concentrar as nossas forças para atacar Cabora Bassa. Neste contexto fez a maior concentração das suas forças em defesa da Barragem. Mas uma vez mais, fizemos o inimigo cometer uma falha estratégica. Pois as orientações da nossa Frente para aquela frente era de considerar Cabora Bassa como se fosse uma das companhias: batalhão operacional. Portanto deveria ser combatido, assim como combatíamos os outros alvos.

Salienta-se que entre 1970-1971, quando o General KAULZA de ARRIAGA, lançava a ofensiva Nô Górdio em CABO DELGADO, em TETE lançava a chamada operação Minerva.

Fizemos a luta começar em Manica e Sofala em Julho e Dezembro de 1972, na mesma altura que se iniciava a luta no Zimbabwe pela ZANU. A partir dessa altura criámos realmente as zonas libertadas em todas as províncias em guerra.

Tivemos o massacre de Wiryamu, nos meados de Dezembro de 1972.

Acelerámos as contradições no



«Notícia» divulgada pelo Comando-Chefe em Moçambique, do exército colonial

seio do inimigo e assim nasceu o 25 de Abril em Portugal.

Podemos afirmar com toda a força, que a abertura da frente de Manica e Sofala, decidiu a nossa vitória final contra o colonialismo português.

Em Novembro de 1972, começámos a fazer o reconhecimento, para meter o material de guerra na província da Zambézia. A tarefa foi concluída em 1973, para começarmos a luta em Julho de 1974.

Com esta nova forma de combates e avanços, desbaratámos todas as iniciativas do inimigo. Ele ficou sem estômago para aguentar a guerra.

P — Quais as fundamentais experiências e lições a tirar da luta nesta frente de combate?

J.M. — Tivemos várias experiências, lições e criámos tradições brilhantes. O factor decisivo numa guerra é o homem e não o material bélico. Mas o material é um factor importante para o homem utilizar no combate. Se fosse ao contrário, os colonialistas teriam ganho, uma vez que possuíam mais material.

Não há nenhuma guerra injusta nem nenhuma arma poderosa que possam vencer uma guerra popular. O orgulho nacional, é um factor muito importante para se conhecerem vitórias sucessivas.

A acumulação das pequenas vitórias faz com que a principal frente de combate alcance grandes vitórias.

A disciplina, paciência, coragem e resistência são factores decisivos para uma guerra de guerrilha numa frente.

A unidade entre os guerrilheiros e o povo é a mãe da vitória.

Nós tínhamos assumido as orientações da direcção máxima do nosso Partido. É por isso que avançámos.

Tivemos que combater o espírito de estagnação e conforto artificial no seio dos quadros e unidades.

Tivemos a experiência de fazer o inimigo satisfazer a nossa vontade e não nós fazermos o desejo do inimigo. Assim o inimigo ficou surdo e cego, ficou ultrapassado pelo combate da nossa frente.



Um episódio entre tantos

Cabo Delgado, Abril de 1974.
São 18 horas do dia 25.

Já os soldados da companhia foram à cozinha receber o seu jantar, nessa quinta-feira acrescido de 1/2 litro de vinho, como de costume, que irão consumir cada um no canto mais propício, já que o refeitório da companhia ainda está em obras, de construção e de reparação pois há dois meses o sopro de um foguetão 122 lançado pelos guerrilheiros fez ir pelos ares os zínco pregados na véspera.

Sargentos e oficiais, na terra de ninguém que é o varandim que separa as messes respectivas, matam o tempo em conversa fiada: as últimas proezas másculas feitas nessa tarde no aldeamento, o cômputo, por golpes feitos no cinturão do uniforme de combate, das operações militares em que cada um tomou parte, as pitas que se (não) engataram em Porto Amélia da última vez que lá se esteve, os co-

mentários à guerra que até se está para ganhar, etc., ocupam uma grande parte dos senhores graduados; os restantes, formando um pequeno grupo, estão a ouvir uma estação de rádio árabe que noticiava que Marcelo Caetano se encontra cercado numa unidade militar em Portugal, aliás, na Metrópole, nova esta que é o furriel Bapú que dá a conhecer ao seu grupo, visto ser ele o único a entender o referido idioma.

Apesar de todas as cautelas, a notícia chega aos ouvidos do senhor capitão Sócrates que não se contém que não diga: — «você estão malucos; pensam que uma coisa dessas se dá assim mesmo? Ou já se esqueceram que ainda há dias os nossos generais renovaram a fidelidade das Forças Armadas ao Governo? Já não se lembram de como foi tratada a «aventura» das Caldas? (1)

Totalmente diverso foi o proceder do senhor alferes Mosto, «facho» de alma e coração: mal tal ouviu, além de um berro contra a subversão descarada entre graduados, logo avisou o senhor Bap-

tista, agente da PIDE/DGS, hóspede da companhia, o qual, dias antes, tivera uma valente «pega» com os sargentos por na messe destes se lhe ter deparado um exemplar da «Continuidade» — órgão da DGS —, a que se apusera na cabeça fotografada de Marcelo Caetano... um par de cornos!!!

E não se sabe porquê, o senhor Baptista ficara a pensar que o autor da proeza fora o furriel Teseu; daí que se lhe dirigisse, aos berros, a querer saber onde é que ouvira que o Presidente do Conselho estava cercado.

Lá se matou o Teseu a jurar a pés juntos e por tudo quanto tinha de mais sagrado que nada sabia sobre o assunto, mas o senhor Baptista manteve que o sabia autor da mentira que iria pagar com juros!

E foi com o Teseu todo molhado que soaram as 19 horas, quando os dois grupos se separaram, indo cada um jantar à respectiva messe

para se reencontrarem depois para a mais importante actividade do dia: jogar à batota, das 20 às 23 horas (quando se desligava o motor) ou até mais tarde, conforme o senhor Capitão estivesse a ganhar ou a perder.

Só que nesse dia, além dos graduados e do senhor Baptista estava também presente o senhor Administrador. Ausente o Teseu que mal acabou o jantar recolheu ao leito, justamente indisposto com a desconfiança de que era alvo por parte do senhor Baptista.

Já eram 20.30 horas quando o receptor que permanecia sempre ligado, a dar música, anunciou que o vespertino «A Tribuna» publicara uma 2.^a edição com o título «As Forças Armadas tomam o poder em Portugal» e que mais por menores se dariam às 21 horas.

Logo se interrompeu a batota e se começaram a tecer conjecturas, sendo o senhor Administrador, secundado pelo senhor Alferes Mosto, que a todos queriam impor a sua, de opinião que a única alteração possível era o surgimento duma linha dura, de generais a valer, com Kaúlza de Arriaga à frente, que viesse(m) «resolver» o «vergonhoso» problema do Ultramar que a incompetência dos demais teimava em arrastar.

— Agora é que os turras estão tramados, bradava o senhor alferes Mosto.

— Só assim é que isto há-de andar; eu até tenho vergonha do nosso exército que parece não ter ninguém digno do nosso Mouzinho, dizia o senhor Administrador.

— Não exagere, senhor Administrador. Bem diz Camões que «também entre os Portugueses/Traidores houve algumas vezes/— declamava o portuguesíssimo Tundumula.

Soam as 21 horas e o Rádio Clube de Moçambique, ainda sob a bota bem forte da censura, pouco adianta, apenas dizendo que estaria em contacto permanente com a Metrópole donde, já na madrugada de 26 foi transmitido o programa da Junta de Salvação Nacional, horas depois de radiodifundidas as notícias da rendição de Marcelo Caetano.

— Ai disseram que o Marcelo Caetano esteve cercado e capitulou? E que a PIDE/DGS foi extinta, organizando-se agora no Ultramar como polícia de informação militar? — perguntava o Teseu todo esbaforido ao tomar conhecimento do sucedido durante as horas do seu sono-insónia ante as ameaças do senhor Baptista —. Pois agora o Baptista vai ter que me ouvir e vou «confirmar-lhe» que fui eu quem «os» desenhou na fotografia do Marcelo e que aos dele lhos quero tirar a murros!

Mas o senhor Baptista já perdera o pió, procurando agora a amizade daqueles que até aí sempre ameaçara: — Bem, agora somos colegas; vocês são tropas e eu sou funcionário da tropa, dizia ele.

— Não sei, mas eu cá por mim penso que você vai ser julgado pelo que fez antes de ser (se o vier a ser) integrado nessa polícia —

chalaceava o senhor Administrador.

— Julgar-me-iam pelo que deixei de fazer, mais do que por aquilo que fiz. E disso me são testemunhas todos aqueles que passaram pela prisão do Ibo, durante o tempo que lá estive, defendia-se o Baptista.

Mal imaginava ele que nesse preciso momento, por trás dele — e depois de para tal se haver preparado com uma boa «grossa» para tirar a vergonha — vinha o Teseu, lívido de cólera que, num salto e agarrando-o pelas goelas bradava:

— Diz, porco, que o Marcelo não está cercado; que fui eu quem propalou a mentira em contrário; diz... — a raiva era tal que Teseu gaguejava, a r f a n d o-se o senhor Baptista a dizer «oiça... compreenda», perante a estupefacção, a passiva cumplicidade e o riso gerais, incluindo, desta vez também o senhor alferes Mosto que, momentos antes sugerira que se mandasse uma mensagem de apoio e felicitações à Junta de Salvação Nacional...

— Porco nojento, continuava o Teseu, de ti e do Marcelo eu diria tudo, menos que a ele «lhos» estivessem a pôr, pois que eu soubesse o fulano até era viúvo!!!

Benedito Marime

(1) — Alusão a uma revolta militar ocorrida em 16 de Março de 1974 em Portugal, visando derrubar o governo de Marcelo Caetano.

25
de Setembro

Dia especial em ano de actividade diferente

A 27 de Fevereiro de 1979 um grupo de 28 soldados internacionalistas das FPLM, acompanhados por 65 guerrilheiros das ZANLA atravessam a fronteira perto de Mapai para a Rodésia do Sul. Era a resposta ao convite feito pelo regime ilegal de Salisbúria através das inúmeras agressões contra o território moçambicano. Neste artigo, são revelados pela primeira vez alguns dos mais importantes episódios do envolvimento militar moçambicano na libertação do Zimbabwe que, culminaria com a proclamação da Independência a 18 de Abril do ano passado.

Os primeiros raios de sol ainda não tinham surgido no horizonte quando o enorme C-130 da Royal Air Force descolava do aeroporto de Salisbúria romando para Sudeste. No seu interior, para além da tripulação inglesa, iam quatro moçambicanos em quem se podia notar os efeitos daquela madrugada fria.

Os assentos feitos de fitas grossas de um material sintético, eram desconfortáveis e a sua disposição, aliada às pouquíssimas janelas do avião, não permitiam que se espreitasse para fora dele na tentativa de se reconhecer alguma cidade, rio, ou estrada da Rodésia que agora estava à beira da Independência.

Uma hora e vinte minutos depois, já com o sol daquela manhã de 15 de Setembro de 1980 fornecendo algum calor aos passageiros, um dos tripulantes informou num inglês «cheio de batatas quentes na boca», que íamos aterrar em Chiredzi. Mas não era em Chiredzi que aterrávamos e sim na base aérea rodesiana de Búffalo Range.

Enquanto o avião rolava na pista os atentos olhos do ex-guerrilheiro que foi o nosso actual embaixador em Zimbabwe, descobriram os camiões cercados por jeeps rodesianos. «Já estão à nossa espera. Os nossos soldados estão

dentro dos camiões», confirmava depois o Tenente-Coronel Ajape ao Major-General Joaquim Munhepe e a Rafael Maguni.

Nas caras dos soldados não havia alegria, mas apenas ansiedade. O hábito de tradição camponesa de se acreditar naquilo que se vê, mas que agora, na presença dos seus Comandantes, provocava o sorriso nervoso e a pergunta rápida do «já vamos partir para casa?»

Dos seus «jeeps», transformados em viaturas com um aspecto de carros lunares, os rodesianos «selous scouts» e polícias que guardavam os cerca de 150 «perigosos soldados da FRELIMO», mantinham as mãos sobre as suas armas.

O oficial inglês que acompanhava o grupo dos combatentes internacionalistas era o único que se movimentava quase à vontade. Os comandantes dos combatentes envolveram a delegação que chegava, enquanto os seus homens saltavam agilmente dos camiões e formavam.

O Major-General Munhepe decidiu então pedir um megafone. «Quero falar aos meus homens» dizia, enquanto fazia um gesto ao Embaixador Maguni para que este traduzisse a sua vontade ao oficial inglês. Segundos depois todos os guerrilheiros respondiam ao seu apelo com os punhos no ar — «VIVA A FRELIMO».

Texto e Fotos:
ALVES GOMES



Dos seus «Jeeps» os rodesianos observavam atónitos a este «descaramento» moçambicano. Os soldados internacionalistas tinham perdido o seu aspecto humilde ao ouvirem o seu general informar-lhes que a missão estava cumprida. «Agora vamos para Maputo onde, o nosso povo está à vossa espera.»

MEMÓRIAS

Já no avião e a muitas centenas de metros de altura, olha-se para

fora e enquanto uns vão distinguindo a linha férrea de Chicualacuala, outros contestam afirmando que ainda não se estava dentro de Moçambique. Mas a conversa praticamente não tinha seguimento. Meia dúzia de palavras, ajudar-se alguém que não tinha apertado bem o cinto de segurança, silêncio, olhos postos no chão pensando-se talvez nas batalhas passadas, nos amigos perdidos, nos companheiros de guerrilha que compartilharam os mesmos sacrifícios.

Tinham passado exactamente 351 dias desde que tinham atravessado a fronteira com a Rodésia do Sul (1), divididos em três grupos — A, B e C. O primeiro para a zona de Manica a Gatooma, o segundo para a zona de Gwelo-Shabani e o terceiro que actuou na parte sul compreendida entre Beith Bridge e Bulawayo.

Um ano antes já grande parte dos quase quinhentos internacionalistas se preparava para atravessar a fronteira e ir lutar ao lado das ZANLA. Uns em Manica, outros ainda a caminho de Gwelo, ou de Beith Bridge. Alguns iriam encontrar a morte em terra que não sendo a sua, não lhes era estranha e os acolheu como filhos.

As memórias vinham enriquecidas do conhecimento de costumes e hábitos diferentes e da aprendizagem de se lutar com um inimigo diferente daquele que alguns tinham enfrentado muitos anos antes em Tete ou Cabo Delgado. Falava-se das grandes batalhas, das dificuldades que por vezes o povo lhes criava quando os forçava a combates que eles não tinham ainda planificado.

Falam-me do combate, a primeira batalha realizada pelo Grupo B no distrito de Belingwé junto à margem do rio Lundi.

MATIBI MISSION

Tinham passado por uma série de farmas de agricultores brancos que forneciam apoio aos guerrilheiros. Tinham estado em Mapulaze onde o fazendeiro contactava com o Comandante Agnew das ZANLA e do qual tinham recebido sabão, chá e alguma sadza. Depois, por questões de segurança tinham-se separado em três pequenos grupos deixando parte do material de guerra escondido.

(1) — O primeiro dos grupos atravessou a fronteira a 27 de Fevereiro de 1979.

No dia 12 entraram numa outra farma de um branco conhecido como Macalanga. Ali o «boss boy» (2) veio-lhes ao encontro a fim de prestar informações e ao mesmo tempo saber se precisavam de alguma coisa.

Mas nesse mesmo dia à tarde o branco Macalanga recebeu um telefonema do exército rodesiano perguntando se não sabia «de algum movimento dos terr» (3). O «boss boy» apareceu momentos depois dando o alarme e avisando que o exército já tinha informação sobre a presença do grupo de guerrilha.

John Christmas, o chefe do grupo moçambicano, ainda pensava sobre as causas de terem sido descobertos quando ouviu o barulho produzido pelas hélices do helicóptero. Era dia 13 de Março e o grupo estava cansado por não ter comido e perdido a noite a recuperar o material escondido e a despistar os rodesianos. Tinham dado várias voltas em redor de «Matibi Mission» e agora, encontravam-se a umas duas centenas de metros do rio Lundi na base de uma elevação arborizada.

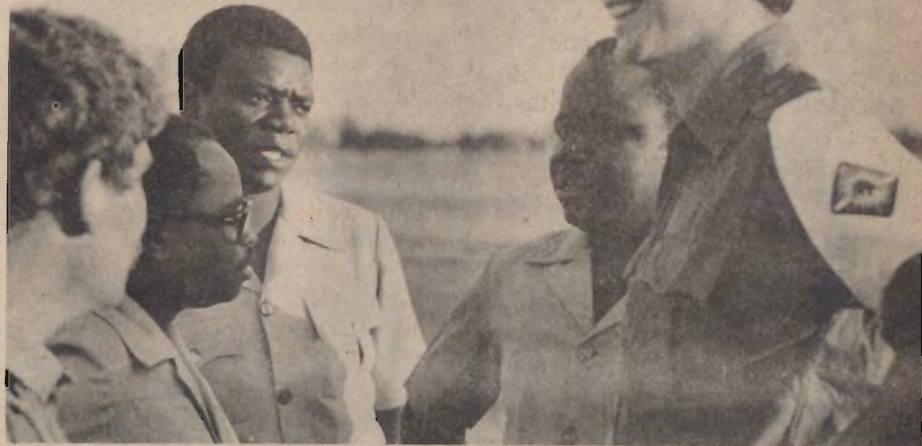
No momento em que os rodesianos começaram a saltar dos helicópteros tentando envolver o grupo, a população ainda não se tinha disperso e um dos velhos guerrilheiros decidiu quebrar a regra de não se falar língu a s moçambicanas soltando uma série de insultos em swahílli para que saíssem o mais depressa possível da zona de fogo.

Christmas reuniu rapidamente os seus assessores moçambicanos e zimbabueanos e juntos chegaram à conclusão de que não havia outra alternativa senão efectuar o combate. Quando se separaram Michele apitou para que os camaradas iniciassem o fogo.

O COMBATE

Noé Jimo foi o primeiro a usar a arma que tinha e disparou o seu obus contra um helicóptero que estava a uns cem metros. As hélices do alvo pararam instantaneamente quando a sua parte da frente explodiu cuspidando o piloto e o acompanhante do banco ao lado.

Havia 28 moçambicanos e 11 zimbabueanos para além de uns



Rafael Maguni, Tenente-Coronel Ajape, Major-General, Munhepe e um oficial britânico discutindo os últimos pormenores relacionados com o embarque para Moçambique em Buffalo Range

quantos mujibas (4) que não se tinham dispersado. A batalha durou até quase às seis horas, tendo os rodesianos chamado a aviação que veio bombardear com dois «camberras» e três «Vampires». A sorte do confronto estava porém traçada e a tentativa de envolver o grupo de guerrilha fracassou a partir do momento em que o primeiro heli foi abatido.

Depois, no momento em que tiveram a primeira aberta no terreno os combatentes retiraram-se. As AKm (s), as RPG (s) chinesas e as peças pesadas que traziam para as batalhas de Gwelo tinham sido todas utilizadas. No terreno tinha tombado o primeiro combatente internacionalista. «O nosso enfermeiro foi abatido» diz-nos John Christmas com olhar baço e a face marcada pela tristeza ao falar da morte de John Chimurenga. (5)

Em Manige o grupo por inteiro voltou a reunir-se. O rio Lundi tinha ficado para trás levando para leste o odor, a pólvora e cápsulas de balas vazias. A população de Manige escolheu então alguns mujibas para irem ao local da batalha certificarem-se dos resultados e avisarem o Comissário Cabs de que Christmas se queria encontrar com ele na noite seguinte em Chibi.

Já em Chibi souberam, a popu-

lação informou-os que tinham sido «abatidos dez helicópteros. Dado o exagero dos números um grupo de quatro guerrilheiros voltou ao local e verificou que na realidade eram apenas quatro helicópteros (6) resultando o elevado número, do facto de os mujibas terem contado as bombas como restos de helicópteros.

BASE DE VUNGU

Com Cabs a reunião foi tensa. Christmas queixou-se de que a missão que tinha recebido do Major-General Pedro Juma e do Secretário do Departamento de Defesa da ZANU, Josiah Tongogara era a de não combaterem até chegarem ao seu destino — a zona de Gwelo. O acordo foi conseguido em pouco tempo, mas Cabs avisou o grupo de que a população gosta de nos testar para ver se somos capazes de derrotar o inimigo.

(2) — Capataz, ou responsável pelos trabalhadores.

(3) — «Terra» é a abreviatura usada pelos rodesianos quando se referiam aos terroristas.

(4) — Palavra usada pelos guerrilheiros das ZANLA em relação aos combatentes que lhes davam informação sobre o inimigo.

(5) — Todos os internacionalistas moçambicanos tinham nomes de guerra ou «Chimurenga names» como dizem os zimbabueanos.

(6) — Os restos destes quatro helicópteros ainda hoje se encontram no local da batalha.

Assim, era necessário evitar-se contactos com a população até que chegassem a Gwelo.

Finalmente a 20 foi organizado o grupo de reconhecimento que seguiria à frente testando o caminho para Gwelo. A decisão foi tomada em Shabani e de acordo com a população a marcha para Gwelo levaria pelo menos sete dias. Christmas levaria consigo 16 moçambicanos e 35 zimbabwianos deixando para trás Micheque com um grupo que actuaria somente nas zonas de Shabani.

Antes de partir Micheque foi avisado quer pelos zimbabwianos, quer por Christmas que não deveria ser hostil em relação ao «Magwerre Todd» (7). Com efeito, tanto a população como o Comissário Cabs tinham avisado o grupo de que se tratava de um farmeiro branco amigo e muito prestável em informação e em produtos alimentares e de farmácia.

A viagem foi facilitada porque a certa altura conseguiram **mobilizar alguns professores de Machai Dule** que os transportaram de tractor. E, no dia 29 de Março atravessavam o seu alvo principal, a linha férrea entre Bulawayo e Gwelo. Na manhã seguinte estavam já perto do local que iria servir de base, junto a Vungu River.

A partir desse momento começaram a procurar a população e agentes clandestinos da ZANU, a organizarem a base e a escolherem os primeiros alvos a destruir. Mas no próprio dia 30, depois de óptimos contactos conseguidos em Gwelo Mission decidiu-se fazer uma pequena acção que destruiu os motores de uma subestação que reforçava as linhas eléctricas que iam de Gwelo para Bulawayo.

Ao mesmo tempo que se efectuava a mobilização facilitada pela primeira acção e pelo facto de os guerrilheiros da ZAPU já ali não actuarem há muito tempo, foram definidas as zonas de actuação: troços ferroviários entre Gwelo e Somabula, entre Somabula e Shangani e entre Shangani e Kombe.

GWELO

No dia 15 de Abril e após terem recebido uma mensagem de John Christmas o grupo misto das ZAN-

LA e das FPLM que tinha ficado a operar em Shabani chegou à base de Vungu. Ia ter início a verdadeira missão do Grupo «B» — «apoiar as eleições de Muzorewa».

Tudo tinha sido planificado meses antes, ainda em 1978, na cidade de Maputo entre o comando militar das ZANLA e o Estado-Maior General das FPLM. O mundo, a opinião internacional, só um ano mais tarde teria conhecimento oficial da operação quando, a 23 de Dezembro de 1979, o Presidente Samora anunciou, em comício que celebrava a assinatura do acordo de Lancaster House, a presença de 500 internacionalistas moçambicanos no Zimbabwe.

Até então era uma hipótese que circulava em alguns meios diplomáticos. Interrogavam-se sobre se seria verdade, ou não, o anúncio feito por Peter Walls em Salisbúria, em Maio de 1979, de que havia soldados da FRELIMO «misturados com os terroristas das ZANLA». Em Maputo, embora colocada algumas vezes a responsáveis da ZANU e do Governo moçambicano a pergunta recebia sempre respostas negativas e por vezes os «ares cúmplices» de Edison Zvobgo (8) que, nestes casos, não podiam ser levados a sério pelas suas qualidades de saber esconder a verdade, fazendo acreditar que o falso talvez fosse verdadeiro.

Para mim a confirmação sobre a operação conjunta veio no dia 28 de Novembro de 1979 pela voz do Comandante Tongogara. No

quarto da sua casa, onde me recebia após as sessões das conversações de Lancaster House e a propósito de se aceitar os «locais de acomodação» propostos para as ZANLA indica-me no mapa as «zonas de actuação das vossas forças». Meio atónito pelo valor da informação não quis acreditar e respondi perguntando: «mas afinal as FPLM estão tão dentro do território?» Tongogara apesar de tudo, mantinha o dedo apontado para um nome do mapa da Rodésia, onde se lia Gwelo.

Na noite seguinte e ainda com as palavras frescas de Tongogara que me dissera que «a participação das FPLM é indissociável da libertação do Zimbabwe, porque foram elas quem primeiro fizeram o reconhecimento para nós em Tete em 1971 e quem nos acompanhou até onde não estávamos presentes (Gwelo) em 1979», dirigi-me ao hotel onde se encontravam hospedados os delegados de Moçambique.

GOLPE MESTRE

No «London Tara» tive de esperar que Fernando Honwana, assistente pessoal do Presidente Samora Machel e Rafael Maguni, então director da Rádio Moçambique, regressassem de uma reunião dos delegados da Linha da Frente pre-

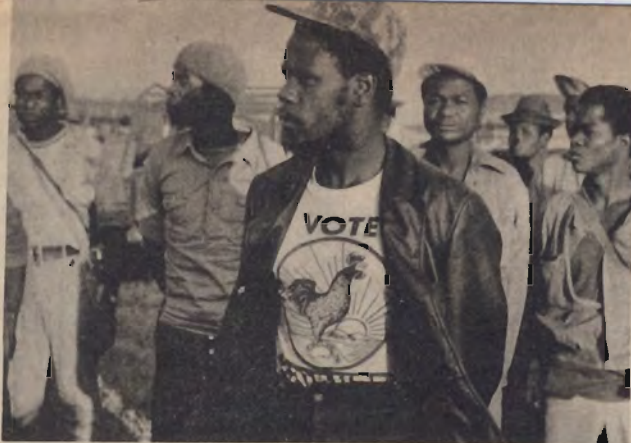
(7) — Garfield Todd, o nome do farmeiro em causa, é hoje Senador no Parlamento do Zimbabwe.

(8) — Vice-secretário da Propaganda e Publicidade da ZANU e hoje Ministro da Habitação e Governos Locais.

Major-General, Munhepe aos soldados perante a estupefacção rodesiana: «VIVA A FRELIMO!»



Preparação para o embarque com a certeza da vitória eleitoral da ZANU



sentes como observadores às conversações de Lancaster House.

Enfrentando a boa disposição que sempre os caracterizou, até nos momentos mais difíceis das conversações, fui introduzindo o ponto que queria esclarecer. E, quando cheguei onde queria, acabei ficando de novo surpreendido porque no seu habitual e afável estilo capaz de conquistar o próprio inimigo, Fernando Honwana apenas disse que «temos alguns soldados por lá».

Mas a informação nessa altura já só tinha valor para a História. Muitos meses antes, em Mapai, o Major-General, Pedro Juma e o Comandante Tongogara, tinham assistido ao juramento dos internacionalistas moçambicanos antes de atravessarem a fronteira. Depois, Tongogara falou-lhes indicando que «daqui vão para Gwelo e gostávamos de em breve ouvir falar de vocês. Saber através das vossas acções que estão em Gwelo».

Tinha passado esse dia 21 de Fevereiro de 1979 em que Tongogara também dissera à força mista das FPLM e das ZANLA que, «a partir de Shabani não temos forças operando regularmente. As populações de Gwelo estão ainda isoladas».

A missão que então tinham recebido era a de «em primeiro lugar apoiar as eleições de Muzorewa» programadas para Abril daquele ano. Assim, a 14 de Abril, seis dias antes de as eleições terem início, tudo estava a postos para «apoiar as eleições», fazendo-se paralisar, através da sabotagem armada, a linha férrea que liga Bulawayo a Gwelo, a que liga Salisbúria a Gwelo e a que liga esta cidade a Beith Bridge na fronteira com a África do Sul. Era o golpe mestre na «linha de vida» da eco-

nomia rodesiana, como me explicou em Londres Josiah Tongogara.

Ainda no dia 14 de Abril é efectuada a primeira experiência contra a linha férrea destruindo-se duas cabeças de comboio. Mas no dia seguinte a linha tinha sido recuperada. Em resposta, o grupo misto de guerrilheiros decide nova acção para o dia 18 em Somabula, Inciza e perto de Que-Que.

O CONFORTO

Os grupos de sabotagem eram formados por 2 zimbabweanos e quatro moçambicanos, ou vice-versa. As ordens que tinham recebido eram de destruir a linha sempre que ela fosse reconstruída e assim sucessivamente até levar os rodesianos e suspenderem a sua utilização.

Com sucesso, a operação decorreu entre as 21 horas e a meia-noite do dia 18. Três comboios foram destruídos em Somabula — ponto de ligação ferroviária com a África do Sul —, e em Inciza. No dia 19, com a linha já reparada entre Somabula e Shangani, um novo comboio foi posto fora de acção.

Em Que-Que o grupo só operou no dia 20 onde destruiu um comboio que transportava açúcar e que na altura circulava perto da prisão onde anos antes tinha estado preso o Presidente Robert Mugabe da ZANU.

A partir desta operação os rodesianos suspenderam as operações ferroviárias durante a noite. Os comboios passaram a circular só de dia depois de quase uma semana de paralisação total naquela zona ferroviária fundamental para a economia rodesiana.

A 29 de Abril todo o grupo vindo de Moçambique reunia sob a

direcção de Guigiza Mutumbasha das ZANLA e de John Christmas das FPLM. «É necessário fazer o balanço das nossas actividades» explicaram então aos soldados, numa reunião que envolveu a tradução simultânea em várias línguas. No fim e depois de terem verificado que estavam a cumprir a sua missão decidiram que iriam começar a operar contra os comboios de viaturas que circulavam nas estradas.

Muzorewa, «naturalmente» que venceu as eleições apesar do «apoio» dado pelo grupo misto de moçambicanos e zimbabweanos. Mas, apenas três meses volvidos tinha de admitir a necessidade de participar nas conversações de Lancaster House. Oito meses mais tarde proclamava ao mundo que deixava de ser Primeiro-Ministro e que o Zimbabwe-Rodésia não existia, nem existia a Rodésia, mas apenas a colónia britânica da Rodésia do Sul.

A caminho de Maputo em assentos de avião desconfortáveis, mas confortados pela certeza que manifestavam sobre quem seria o eventual vencedor das eleições no Zimbabwe, umas centenas de internacionalistas moçambicanos regressavam a casa.

Os seus rostos escondiam olhos que ainda não espelhavam alegria porque talvez fossem em breve abraçar compatriotas que provavelmente não desconfiavam que os seus filhos, maridos, noivos, ou pais, tinham participado numa guerra que também os tinha afectado directamente durante quatro anos.

Até que, de repente, já com o avião aproximando-se da pista do aeroporto de Maputo, alguém descobriu que se aterrava na capital de Moçambique. Ai tudo se modificou. As bocas abriram-se para mostrar dentes que brilhavam. Olhos começaram a lacrimejar. Abraços que se deram como se abraçasse o pai que não se via há dez anos. Mãos que apertaram outras num código especial para acordos eternos. Cintos de segurança que se desapertaram antes do tempo.

Era um dia especial, num ano de actividade diferente. □